
GUERRA Y MONEDA PROVINCIAL EN LA CRISIS DE LA
ECONOMÍA COLONIAL DE BRASIL EN FINALES DEL SIGLO XVII

O “MAL DO ESTADO BRASÍLICO”: A BAHIA NA CRISE FINAL DO
SÉCULO XVII

Pedro Puntoni *

Eram duas horas da madrugada de domingo para segunda feira, dia 10 de dezembro de 1685. Um estranho eclipse da Lua intrigou os observadores no hemisfério sul. Nos céus do Brasil, a lua se escondeu por quase duas horas, “tão abrasada que inculcava ter recolhido no seu côncavo ou na sua circunferência toda a região do fogo”, lembrou anos depois Sebastião da Rocha Pita. Na ocasião, o jesuíta Valentim Estancel, matemático e astrólogo, removeu seus conhecimentos¹. Como se sabe, para a astrologia o eclipse prenunciava calamidades. A partir da crença de que um eclipse era provocado por um dragão que devorava os corpos celestes e que os vomitava em seguida, a interpretação dos presságios vinha da forma como se manifestava o fenômeno - como se dava o banquete do monstro celeste. Meses antes, um eclipse do sol se apresentou como uma névoa, que foi logo chamada de aranha do sol pelo jesuíta. Observado de Pernambuco, onde se encontrava Estancel, era possível prognosticar que grandes males assolariam o Brasil. Da mesma forma que os cometas, imaginava-se também que estes fenômenos podiam contaminar a esfera do ar, trazendo gazes corruptos capazes de infeccionar as populações com doenças e desgraças.

* . Professor de História do Brasil da Universidade de São Paulo e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, p. 138. Sobre Valentim Estancel, veja Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, vol.8, pp. 208-212. O eclipse ocorreu no dia 10, segundo o catálogo dos eclipses lunares da NASA, veja <http://sunearth.gsfc.nasa.gov/eclipse/LEcat/LE1601-1700.html>. Sobre a influência da astrologia na medicina do século XVII, veja as páginas iniciais do livro de Augusto da Silva Carvalho, *A Medicina Portuguesa no século XVII*. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1941, pp. 14-19.

Com efeito, em abril de 1686, uma doença, que trazia “um fervor de sangue e se se lhe não acudia imediatamente se corrompia e matava em breves dias”, assolou a capital do Brasil, atingindo, segundo a opinião alarmada do governador, marquês das Minas, “mais de 25 mil pessoas”. Em Salvador o número de mortos chegaria a 900². Em Pernambuco, a peste teria matado mais de três mil pessoas somente no primeiro semestre de 1687. Era imputada, segundo o autor de uma carta anônima, ao pontilhão que ligava a cidade à terra firme feito por ordem da câmara de Olinda, no ano de 1683³.

O médico João Ferreira da Rosa, em seu *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco* (Lisboa, 1694), acreditava que a mais provável causa da epidemia eram algumas barricas de carne putrificada que restavam da torna-viagem de um navio vindo de São Tomé. Consta que um tanoeiro do Recife, quando abriu uma delas, morreu imediatamente, e logo em seguida algumas pessoas de sua família, “estendendo-se o mal com tamanha rapidez que em poucos dias pereceram mais de duas mil pessoas”⁴. Chamada de “bicha” em razão de uma autópsia realizada por um entendido em cirurgia, Antônio Brebion, que identificara em um cadáver algumas lombrigas ou “bichas” e sugerira que fossem a causa dos males, na

2. Por conta dessa peste (na verdade, febre amarela), os oficiais da câmara de Salvador, em 20 de julho, pediam permissão para erigir Francisco Xavier padroeiro, com procissão todo os anos no dia 10 de maio “Carta do marquês das Minas”, 7.7.1686 in: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 89, pp. 54-57. Veja também Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol. 2, pp. 239-244 e vol. 5 pp. 79-82.

3. Apesar de um engenheiro haver esclarecido que era necessária uma ponte de arcos, para que pudessem passar as águas do rio Beberibe e mesmo das marés, e que permitisse o trânsito das canoas, resolveu-se por uma “muralla com alguns canos para a vazão do rio, e como aqueles não bastassem para este fim, alagou o rio todas as campinas e várzeas da terra firme”. A águas, nestes pântanos, ficaram corruptas e desde logo que a doença se manifestou foi apontada como a causa pelos médicos locais. Carta anônima, 03.06.1687, Arquivo Histórico Ultramarino, avulsos, Pernambuco, caixa 10. Uma representação deste pontilhão pode ser vista em um ex-voto de 1729, na pinacoteca do Convento de Santo Antônio de Igarassu. Ao pé da imagem podemos ler: “Um dos especiais favores que tem recebido essa freguesia de Igarassu de seus padroeiros S. Cosme e S. Damião, foi o defenderem-na da peste, a que chamaram [os] males que infestaram a todo Pernambuco, e duraram muitos anos, começando no de 1685, e ainda que passaram a Goiana e a outras freguesias adiante, só a toda esta de Igarassu deixaram intacta, por que sabem [que] 2 ou 3 pessoas os trouxeram do Reino, nelas se findaram sem passar a outra, o que tudo é notório. E para a memória se pôs este quadro no ano de 1729 e o deu de esmola. Manuel Ferreira de Carvalho”. Ex-voto pertencente à igreja de São Cosme e Damião (1729) / Museu de Igarassu, Igarassu.

4. A versão desta história corria na época. Foi resgatada como um dos exemplos do “Tormento do fedor do inferno”, dentre aqueles destinados aos pecadores no controverso livro de Alexandre Perier. “No ano de 1686, chegou da costa da África, que chamamos de Guine, ou Mina, um navio a Pernambuco, que, encontrando-se no mar com um patacho holandês, recebeu dele uns barris de carnes de Holanda, que deviam de ser já de alguns anos; porque abrindo-se depois um destes barris no Porto do Recife, foi tal o fedor pestilencial, que exalou, que no mesmo instante, que o abri caiu morto logo e os circunstantes dali a algumas horas; depois estes fétidos vapores foram dilatando-se aos poucos e infeccionaram os ares; e deste modo se formou a peste em Pernambuco com tanta força, que já não havia quem enterrasse os infectos do contágio. Nem parou aqui a exorbitância deste fedor; porque, continuando a corrupção dos ares, passou à Bahia, aonde fez um total estrago da melhor gente assim naturais como Europeus; e correndo as mais cidades e lugares, infeccionou toda a costa do Brasil, não perdoando nem a sexo, nem

verdade tratava-se do primeiro surto de febre amarela, originada da Ásia e provavelmente transportada das Antilhas, onde eclodira em 1648-49⁵. Na capital, faleceram muitos moradores e, entre estes, alguns mais graúdos como seis desembargadores, doze jesuítas e cinco oficiais de milícia, sem contar o arcebispo, d. fr. João Madre de Deus⁶ e o filho primogênito do governador, d. Francisco de Sousa, o conde do Prado⁷.

Em 4 de junho de 1687, o novo governador, Matias da Cunha, tomava posse na câmara de Salvador. O arcebispo, frei Manuel da Ressurreição, chegara um pouco antes, em 14 de maio. Recompuesto o comando do Brasil, a epidemia recrudesceu. Há uma clara influência de fatores abióticos como o clima, o regime das águas, na dispersão e sazonalidade do inseto vetor da febre amarela. O ano seria marcado pelo levante dos índios janduís, no Rio Grande, capitania anexa à de Pernambuco, mas cuja segurança era partilhada pelo governo geral, ainda mais quando os esforços enviados pela tropa regular e pelas ordenanças locais não conseguiam debelar a verdadeira “insurreição” indígena. Desencadeada em fevereiro de 1687, a rebelião dos guerreiros janduís ganhava aos poucos maior envergadura. Em janeiro de 1688, chegavam notícias que os tapuias eram senhores de todo o sertão das capitanias do Norte, assaltando os colonos que se refugiaram em algumas casas-fortes, despovoando a capitania do Rio Grande⁸. No desespero, a câmara de Natal havia enviado seu procurador à Bahia para

condição de pessoas e assolou a todos com igual extermínio”. cf. Alexandre Perier, *Desengano dos Peccadores, necessário a todo genero de pessoas...* Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, pp. 84-85.

⁵. *Tratado Unico da Constituição pestilencial de Pernambuco offerecido a El-rey N. S.*, por ser servido ordenar por seu governador aos Médicos da América, que assissem aonde ha contágio, que o compusessem para se conferirem pelos Coripheos da Medicina aos dictames com que he trattada esta pestilencial febre. Lisboa, 1694. Veja, também, Lycurgo de Castro Santos Filho, *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo, 1991, vol. 1, pp. 171; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, 1940, vol.2, p. 138 e documentos anexos, pp. 239-242. Sobre as doenças e a mortalidade na colônia, veja Luiz Felipe de Alencastro, “Peste e mortandades na formação do mercado de trabalho brasileiro” in: Antônio Rísério (org.), *Invenção do Brasil*. Salvador, MADE, 1997, pp. 33-38; e Francisco Guerra, “Medicine in Dutch Brazil, 1624-1654” in: E. van den Boogart (ed.), *A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague, Johan Maurits Stichting, 1979, pp. 472-493.

⁶. Frei João faleceu no dia 13 de junho de 1686. Sobre o bispo, veja a nota de Braz do Amaral em Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. 2ª edição anotada por Braz do Amaral. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, vol. 5, pp. 271-273..

⁷. Como tributo pelo fim da epidemia, foi escolhido padroeiro da cidade o martir jesuíta, são Francisco Xavier. Affonso Ruy, *História da câmara municipal da cidade de Salvador*. Salvador, Câmara municipal de Salvador, 1953, pp. 152-153.

⁸. Carta da câmara de Natal ao governador geral, janeiro de 1688, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, caixa 65, livro 2, fl.107v.

pedir ajuda ao governo-geral⁹. O socorro veio, em diversas expedições, inicialmente de tropas regulares e por fim de mercenários paulistas contratados¹⁰.

Ameaçado pelos indígenas no Norte e pelos Palmares no sertão de Pernambuco, o governo do Brasil via-se, também, em grandes dificuldades financeiras. O período posterior à expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, havia sido extremamente difícil para a economia açucareira no Brasil¹¹. Para além do desgaste resultante de um longo conflito, fatores internos penalizaram a atividade produtiva, como epidemias, secas e outras calamidades naturais. A paz com a Holanda, conseguida por meio do casamento do rei da Inglaterra, Carlos II, com a infanta d. Catarina de Bragança, implicou considerável esforço fiscal. O dote da nova rainha foi de dois milhões de cruzados (23 de junho de 1661) e a indenização devida à Companhia das Índias Ocidentais (6 de agosto de 1661) ficou em quatro milhões de cruzados. Este dinheiro, na sua maior parte, cabendo ao Brasil. À Bahia, sozinha, cabia pagar todo ano 80.000 cruzados. A cobrança, inicialmente incidindo sobre as mercadorias, resultou numa finta anual, num sistema próximo ao da capitação – cabendo a cada família, de acordo com sua condição, dar a sua parte. Segundo Stuart Schwartz, as principais dificuldades da economia do açúcar residiam em fatores externos: o crescimento da concorrência inter-imperial, com a ascensão da produção antilhana e, a partir de 1680, a conseqüente inflação dos preços dos escravos, dado o aumento da procura em África¹². Neste sentido, a Coroa, que reconhecia agora no Brasil o esteio do Império, procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram a receber apoio e mesmo a ser agenciadas pelo governo geral. Exemplo disso foi Afonso Furtado de Mendonça, que chegou à Bahia em 1671 com poderes para estimular a busca de minas e patrocinou várias expedições para liquidar com a resistência indígena nos sertões destinados à pecuária¹³. Este processo, implicou num recrudescimento dos atritos com os povos indígenas, em boa parte refugiados

⁹. “Carta de Matias da Cunha para o capitão-mor do Rio Grande”, Bahia, 17.9.1687, *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 10, pp. 250-254.

¹⁰. Para uma narrativa dos conflitos, veja Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 2002.

¹¹. Vitorino Magalhães Godinho, “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1779” in: idem, *Ensaio: II sobre a História de Portugal*. Lisboa, Minerva, 1968, pp. 300 e ss.

¹². Stuart Schwartz, “Introduction”, in: idem (ed.) *A Governor and his image in baroque Brazil, the funeral eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by...* Minneapolis, University of Minnesota Press, 1979, p. 13-17.

¹³. Veja o capítulo 54 do “Regimento do governador e capitão general do Estado do Brasil, concedido pelo príncipe regente D. Pedro a Afonso Furtado de Mendonça... 4 de março de 1671” in: Virgínia Rau

nos sertões mais distantes para evitar o contato com os colonizadores. As chamadas “guerras dos bárbaros” são expressão deste processo. Produto do baixo resultado da economia açucareira, a limitada arrecadação fiscal dificultava ainda mais a manutenção da máquina governativa do Estado do Brasil e, em particular, sua dimensão mais onerosa, o aparelho militar. Desde meados do século, as tropas eram sustentadas por uma combinação de esforços, a maior parte dela assumida pela câmara de Salvador. Em julho de 1652, quando foi assinado um “termo de convenção” com o governo geral, a câmara se comprometeu em pagar e sustentar a tropa. Para tanto, alguns rendimentos do fisco foram consignados e destinados a sua administração¹⁴.

Naquele terrível ano de 1688, tudo estava por se perder. A carestia era resultado também da escassez da moeda, que fluía para o reino e deixava os produtores à mercê dos negociantes. A fome, companheira incômoda, vai impulsionar as vontades e o entendimento dos povos. Como registrou Gregório de Matos, falando da carestia de 1691: “toda a cidade derrota / esta fome universal, / uns dão culpa total / à câmara, outros à frota”. Culpar implicará, como se vê, tomar partidos, assumir posições, agir com maior ousadia. Em agosto, o senado escreve ao seu procurador em Lisboa, capitão Manuel de Carvalho, alertando para a situação. A “pouca saída do açúcar, que é a total ruína deste estado”, não permitia novos encargos, por conta da queda da arrecadação: “não podem os povos consigo, quanto mais com novas contribuições, que certamente se hão de fazer, se nos não alevantarem parte da carga da infantaria”. O argumento da câmara revela a tensão presente, e cada vez maior, nos pólos do sistema colonial:

"vosmecê, como procurador deste povo, deve fazer presente a Sua Majestade que não somos vassallos conquistados senão muito obedientes; e que a desgraça de vivermos afastados da Sua Presença não há de ser causa de nos carregarem com o excesso que experimentamos, porque o não merece a fidelidade, o amor e despesa com que assistimos a seu Real Serviço, que não é só o que se assiste de presente senão grandes quantias que se despenderam nas armadas, fortificações e outras muitas despesas e também derramaram nossos antecessores o sangue e custou a muitos as vidas sem mais prêmio que o da nossa fidelidade e obediência"¹⁵.

Os moradores (leia-se a “açucarocracia”, isto é, os senhores de engenho e lavradores) percebiam que, como agentes da colonização, se colocavam numa

(ed.), *Os manuscritos do arquivo da Casa do Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, vol. 1., pp. 211.-229.

¹⁴.Veja o capítulo anterior, sobre o conchavo da farinha.

¹⁵. “Carta do senado da câmara de Salvador a Manuel de Carvalho, Salvador, 12.8.1688”, *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do senado 1684-92*. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, pp. 75- 76.

situação cada vez mais subordinada e dependente. Sendo assim, não queriam que sua “obediência” fosse tomada por “submissão”, característica dos povos conquistados. Estes eram os indígenas e africanos. Eles, moradores, ainda se viam (ou queriam se ver) como colonizadores e não colonos.

A revolta do Terço Velho

O atraso no pagamento dos soldados era preocupante, mas inevitável. Em outubro, o governador, Matias da Cunha, adoeceu da febre amarela. Com alguma precaução, Bernardo Vieira Ravasco, o secretário do Estado do Brasil, escreveu no dia 22 de outubro ao arcebispo que andava em visita pastoral na freguesia de Cotegipe, dando conta da situação do governador e pedindo que retornasse¹⁶. Nesta freguesia, Bernardo tinha um engenho que, há alguns anos, comprara dos herdeiros de Lourenço Cavalcanti, e havia doado a seu filho Gonçalo¹⁷. Apenas no dia 23 percebeu-se a gravidade do estado do governador. Disposto para a morte, como notou Sebastião da Rocha Pita, e preocupado com a ausência de regra clara para a sua sucessão, Matias da Cunha convocou o senado da câmara e os principais da cidade para que elessem a pessoa que deveria se ocupar do governo até a manifestação do rei. O arcebispo, frei Manuel da Ressurreição¹⁸, ainda que ausente, foi escolhido para conduzir o governo militar e político, cabendo a das justiças ao chanceler da Relação, o doutor Manuel Carneiro de Sá¹⁹. Neste delicado momento, os soldados dos dois terços da Bahia²⁰ se

¹⁶. “Certidão de d. fr. Manuel da Ressurreição, do Conselho de Estado de Sua Majestade e arcebispo e governador do Brasil, passada na Bahia em 16.06.1690”, Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Coleção Lamego, cód. 63, fl.21. Veja também Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*. Rio de Janeiro, Record, s.d., p. 67.

¹⁷. “Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 23.11.1684”, Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, documentos avulsos, caixa 27, 3267. Na verdade, Lourenço tinha sido “sogro” de Ravasco. Apesar de nunca se casar, o secretário tivera dois meninos e uma menina, todos naturais, resultado de sua união ilícita com d. Felipa Cavalcanti de Albuquerque, filha de Lourenço Cavalcanti de Albuquerque. Pedro Calmon, *O Crime de Antonio Vieira*. São Paulo, Melhoramentos, 1931, p. 15. Sobre o secretário do Estado do Brasil, que era irmão do padre Antônio Vieira, veja o meu artigo “Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII” in: Vera Lúcia Amaral Ferlini; Maria Fernanda Bicalho. (Org.). *Modos de Governar: idéia e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005, pp. 157-178.

¹⁸. Sobre Frei Manoel, veja o texto de Accioli e a nota de Braz do Amaral em Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. 2ª edição anotada por Braz do Amaral. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, vol. 5, pp. 79-82 e 273-27.

¹⁹. Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 de seu descobrimento até ao de 1724*, (1730). São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1976, livro 7, 57.

²⁰. O primeiro terço de tropas regulares, o da Armada Real, foi criado no Reino apenas em 1618. No Brasil, logo depois da expulsão dos holandeses da Bahia, em 1626, foi formado o primeiro terço de infantaria paga, estacionado em Salvador. Em 1631, criou-se o Terço Novo, em oposição ao Terço Velho; ambos, compostos por pelo menos 800 homens cada. Como resultado das guerras holandesas (1630-1654), foram também criados outros terços “especiais” como o dos negros de Henrique Dias e dos índios de Felipe Camarão. Stuart Schwartz, “A note on portuguese and brazilian military organization”, pp. 173-

amotinaram e foram ao campo do Desterro. No local, havia uma casa da pólvora, construída pelo governador Roque da Costa Barreto (1678-82)²¹. Um relato posterior aos eventos, conta que cerca de trezentos soldados “se encontram na casa da pólvora, dizendo que lhe pagassem o que lhe deviam que logo tornariam para as suas bandeiras”. O cabeça da alteração era um certo João da Silveira de Magalhães, que havia sido mouro e estava na Bahia servindo como soldado²². O que reivindicavam era três pagas, ou seja, nove meses de soldos, que lhes eram devidas, para o que davam um dia de prazo à câmara, ameaçando com o saque da cidade.

Bernardo Vieira Ravasco escreveu novamente ao arcebispo explicando que “o governador ficava expirando e a infantaria amotinada”²³. O governo, fragilizado, se acovardou. Na verdade, antecedentes indicavam a solução negociada. As vilas e cidades que sediavam grande quantidade de tropas, o que era especialmente o caso da cabeça deste Estado, viviam à mercê do humor dos soldados, sempre mal pagos e mal alimentados. As dificuldades com os soldos podiam pôr em risco a disciplina militar e tornavam a concentração de soldados na cidade uma situação delicada. A possibilidade de uma revolta estava sempre presente. Como nos informa o historiador Afonso Ruy, no ano de 1638, inquietos com o atraso dos pagamentos, o terço de infantaria da Bahia resolveu lançar um ultimato à câmara: se não fossem pagos os 7.000 cruzados de vencimentos atrasados, em 48 horas, os soldados colocariam a cidade a saque e executariam os camaristas. A solução foi negociada pelo governador, d. Pedro da Silva (futuro conde de São Lourenço), que em sessão extraordinária da câmara pediu que os moradores emprestassem a quantia necessária²⁴. No Rio de Janeiro, em 1660, a chamada Revolta da Cachaça, insurreição contra a fiscalidade e o governo de Salvador Correia de Sá, contou com intensa participação dos soldados em razão do atraso do pagamento dos soldos²⁵.

177; confira ainda Luís Monteiro da Costa, *Na Bahia Colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador, Livraria Progresso, 1958.

²¹. José Manuel de Mascarenhas, “Portuguese Overseas Gunpowder Factories, in particular those of Goa (Índia) and Rio de Janeiro (Brazil)”, in: Brenda J. Buchanan (org.), *Gunpowder, Explosives and the State: a technological history*. Burlington, Ashgate, 2006, p.188.

²². “Carta ao Rei”, 16.06.1691; e a “carta régia” (inclusa), 1602/1692 in: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 33, pp. 335-337 e p. 442; Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, (1730). São Paulo, Itatiaia / Edusp, 1976, livro 7, 58-60, p. 201.

²³. Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*. Rio de Janeiro, Record, s.d., p. 67.

²⁴. Afonso Ruy, *História da câmara municipal da cidade de Salvador*. Salvador, Câmara municipal de Salvador, 1953, p. 101.

²⁵. Luciano R. de Almeida Figueiredo, *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. São Paulo, tese de doutoramento, USP, 1997, p. 32.

Depois de algumas tentativas dos oficiais em controlar a soldadesca, o arcebispo foi pessoalmente ao campo do Desterro. Segundo Lamego, quando frei Manuel chegou de Cotegipe, no próprio dia 24, o secretário Ravasco já cuidava de arrumar o dinheiro²⁶. Os cinco mil cruzados foram emprestados da Real Fazenda e distribuídos à tropa. Os amotinados, contudo, não se desarmaram antes de ver, no papel, um perdão assinado pelo moribundo governador e pelo arcebispo, seu sucessor. No dia seguinte, a “bicha” já havia levado Matias da Cunha, e os soldados puderam assistir ao seu enterro na cidade pacificada²⁷.

A câmara municipal, talvez por excesso de zelo ou leniência, comunicou ao rei em carta do dia 2 de setembro a morte de Matias da Cunha e a providência de se fazer do arcebispo, governador. O motim é relatado de forma superficial – “um motim que havia feito uma parte da infantaria, como pretexto de se fal[tar] com a farda e alguma farinha” – e o desenlace creditado na conta do “grande espírito” de frei Manuel²⁸.

Chaves da Bahia: prevenções militares para a fortificação de Salvador

Nos ambientes de fluída soberania - mais extrema na situação de fronteira que era a do mundo colonial - a segurança externa dependia sobretudo da manutenção da ordem interna. Mas era preciso assegurar as condições da fortaleza de Salvador, chave do Brasil. Quando tomou posse Câmara Coutinho, a capital do Estado do Brasil não se mostrava um lugar defensável. Ainda nos tempos do eclipse e do prognóstico do jesuíta Estancel, trabalhava na Bahia um engenheiro vindo de Pernambuco, para a expressa tarefa de “tirar a planta” do sistema defensivo da cidade e propor um projeto de reforma e adaptação. O engenheiro João Coutinho, atendendo ao convite do então governador, D. António Luís de Sousa, o marques das Minas, veio para Salvador por volta de outubro de 1684. Com grande experiência militar, Coutinho havia estado por alguns anos no Brasil entre 1649 e 1663, na armada da Companhia Geral. Depois disso, trabalhou como ajudante de engenheiro no Alentejo e nos Trás-os-Montes. Esteve em Angola, com o governador Francisco Távora por sete meses. Em

²⁶. Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*. Rio de Janeiro, Record, s.d., p. 67.

²⁷. Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 de seu descobrimento até ao de 1724*, (1730). São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1976, livro 7, 57 e ss. Há uma carta “Carta do senado da câmara de Salvador ao Rei, Salvador, 16.12.1689”, *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do senado 1684-92*. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, p. 91.

²⁸. “Carta do senado da câmara de Salvador ao Rei, Salvador, 2.9.1688” in: *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do senado 1684-92*. Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1953, vol. 3, pp. 77-78.

1676, foi nomeado engenheiro de Pernambuco, recebendo o soldo de 25\$000 réis por mês e o posto *ad honorem* de capitão da infantaria²⁹.

A cidade de Salvador nascera como uma fortaleza, junto com a criação do Governo geral em 1548. A carta de poder que nomeou Tomé de Sousa, o fez também capitão de uma fortaleza que deveria erguer na baía de Todos os Santos, fundamento de uma cidade que fosse, nas palavras de frei Vicente do Salvador, “como coração no meio do corpo”, donde todas as demais pudessem se socorrer e serem governadas³⁰. O regimento de 1548 é muito claro: el-rei mandara que o governador fizesse “uma fortaleza e povoação grande e forte na Bahia de Todos os Santos, por ser para isso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil, para dali se dar favor e ajuda às outras povoações, e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprem a [seu] serviço e aos negócios de [sua] Fazenda”³¹. O sítio escolhido favoreceu a adoção do modelo português de cidade, implantada em acrópole, destinando à cidade alta as funções administrativas e residenciais, e à baixa, o porto. As condições defensivas eram asseguradas pelo grande desnível entre os dois planos, situados na falha geológica, do lado do mar, e no seu oposto, pelo vale onde havia o Rio das Tripas, tendo sido inicialmente murada. Segundo risco do arquiteto Luiz Dias, a cidade desenvolveu-se no sentido longitudinal, paralelo ao mar, seguindo a linha de cumeeada, numa trama de ruas praticamente ortogonal, adaptando-se à topografia do sítio³².

Desde 1638, quando as tropas de Nassau tentaram a sorte na Bahia, a cidade não conhecia uma ameaça real. Na ocasião, avaliando o desentendimento entre Bagnuolo e o governador geral, quando o primeiro se retirou com suas tropas das posições no Sergipe, Nassau preparou suas tropas e esquadra e fez velas do Recife. No dia 16 de abril, passou diante de Salvador para desembarcar os soldados para além de Itapagipe, nas praias de São Brás e da Escada. A retirada estratégica das forças portuguesas levou a defesa da cidade para as

²⁹. Sousa Viterbo (org.), *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e cosntructores portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, vol. 1, pp. 247-249.

³⁰. Depois que el-rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas e outras qualidades que tinha para ser povoada, e juntamente estar no meio das outras capitanias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem e fossem governadas”. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (1627), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1889, III, 1.

³¹. “Regimento que levou Tomé de Souza, Governador do Brasil, Almerim 17.12.1548”, in: Joaquim Romero Magalhães e Susana Munch Miranda, “Tomé de Souza e a instituição do Governo Geral (1549): documentos”, *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, 17;7-38, 1999. Esta é a melhor edição. O documento foi publicado em diversos outros lugares, como, por exemplo, na coletânea de M. C. de Mendonça (ed.), *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, IHGB/CFC, 1972, vol.1, p. 46-47.

³². Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPACB. Salvador, 1999 [CD-ROM]; Thales de Azevedo. *O povoamento da cidade do Salvador*. Itapuã, Salvador, 1969.

trincheiras do norte, mais precisamente para além da porta do Carmo, logo na elevação onde hoje está o forte de Santo Antônio. Mais dentro da terra, o reduto de Luiz Barbalho reuniu as forças que foram decisivas no ataque de 18 de maio, quando os holandeses forçavam a trincheira de Santo Antonio e foram surpreendidos pela retaguarda³³. O que ficou claro, na ocasião, era a importância da elevação, dita agora do Barbalho, na defesa dos limites norte da fortaleza. Da mesma forma que o campo do Desterro, o outeiro do Barbalho era uma dessas elevações exteriores aos muros que se prestavam aos movimentos e ao aquartelamento das tropas e permitiam uma posição privilegiada no ataque à cidade. Segundo o historiador João da Silva Campos, no tempo do governo de Alexandre de Souza Freire (1667-1671), as rústicas defesas levantadas pela gente do Barbalho foram melhoradas, ainda que sempre usando-se terra. No governo de Alexandre de Souza Freire, o capitão do mar e guerra João Calmon fora encarregado de reedificar a fortificação em melhor traço e mais segura fábrica³⁴.

Quando chegou na Bahia, João Coutinho tinha uma enorme tarefa de compreender inicialmente um sistema defensivo complexo, construído de forma pouco ordenada ao longo do século e contagiado por uma cidade cuja força econômica teimava em extravasar seus limites fortificados. Em março de 1685, depois de seis meses de trabalho, de árduo trabalho, o engenheiro de Pernambuco apresentou um plano para a defesa da cidade, circunstanciado em vários papéis: 1) uma planta da praça; 2) uma descrição do terreno, na qual apresenta as razões que o levaram a optar pelo abandono do atual sistema defensivo a construção de outro; 3) uma proposta para os novos baluartes e cortinas, com medidas e orçamento da despesa; 4) um papel em que sugeria meios para se conseguir os 30.000 cruzados anuais necessários para dar seguimento à obra. O valor total das obras estava orçado em 1.200.000 cruzados. Os documentos foram encaminhados para Lisboa, com a anuência do governador – que, segundo João Coutinho, apesar de não “professar a ciência da fortificação”, o acompanhou como experiente soldado e opinou sobre as soluções encontradas³⁵.

³³. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil*. Salvador, Progresso, 1955 (1871), pp. 220 e ss.

³⁴. João da Silva Campos, *Fortificações da Bahia*. Rio de Janeiro, Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no. 7, 1940, pp. 169-169.

³⁵. “Papel do engenheiro João Coutinho para o marquês das Minas, Salvador, 30.03.1685” e “Carta do engenheiro João Coutinho a S. M. sobre a fortificação da Bahia, Salvador, 30.04.1685” in: Luisa da Fonseca, “Subsídio para a história da Bahia”, *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador, IHGBa, vol. 2, 419-427 e 437-438.

O diagnóstico do engenheiro era preocupante. Seu relatório revela que o abatimento da cidade-fortaleza era mais sério do que se pensava. Na praia, ou modernamente, na cidade-baixa, havia uma “grande povoação de casas” que impediam a segurança dos sistemas defensivos, sobretudo enfraquecendo o baluarte de São Francisco. Na circunvalação da cidade, o dique que havia sido feito pelos holandeses ainda em 1625, ao longo do rio das tripas, encontrava-se “todo desalagado e a maior parte dele povoado de hortas”³⁶. As trincheiras, feitas há mais de quarenta anos, precisavam de reparos porque estavam em ruínas, “não causadas pelo tempo, senão feitas pelo povo, por fazerem serventias supérfluas, cortando-as e facilitando a subida por elas, e deixando subir o gado”. O crescimento desordenado da cidade era a principal causa do enfraquecimento de sua defesa. No entender de Coutinho, “os moradores da cidade da Bahia fabricaram a povoação na pior forma que se podia fazer para se fortificar; mas como somente tratavam das suas conveniências, se estenderam assim a cidade, em cima como na praia, pela vista do mar, fazendo bem excessivo cumprimento por esta parte e deixando de povoar o grande terreno que há desocupado dentro das trincheiras, e o mais é que se tem feito a maior parte das casas fora das ditas trincheiras, depois delas feitas, sem repararem o dano que nisto faziam a sua própria fazenda”³⁷. Em razão da dispersão do povoado, para proteger as casas, seria necessário construir uma muralha três vezes maior; a um custo que, ao fim e ao cabo, seria pago pelos mesmos moradores. O engenheiro propunha então a construção de uma muralha de quase 8 km de extensão (23.329 pés), a reforma de velhos baluartes e trincheiras, a construção de novas guaritas, de três portas para a cidade e de um novo forte no lugar do outeiro do Barbalho

Em Portugal, o projeto de Coutinho foi analisado por outros engenheiros. Nas palavras de Luisa da Fonseca, “os pareceres divergem, cada cabeça, cada sentença. Uns achavam melhor fortificar a terra, outros preferiam a fortificação

³⁶. A região do limite leste da Fortaleza era, inicialmente, preenchida com estas hortas, que foram alagadas pelos holandeses em 1624 para melhor defender a cidade - como se pode ver na “Planta da restituição da Bahia” do *Atlas do Estado do Brasil, coligido das mais certas noticias q pode aiuntar dõ Ieronimo de Ataide*, por João Teixeira Albernás, cosmographo de Sua Magde, anno 1631, prancha 22. Informação confirmada anos passados por Luiz dos Santos Vilhena, Cartas de Vilhena, *Noticias Soteropolitanas e Brasilicas, por... annotadas pelo prf. Braz do Amaral*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1922 (1802), vol.1, pp. 232 e ss.

³⁷. “Relação da fortificação da cidade da Bahia de Todos os Santos e da forma em que se devem fazer”, pelo engenheiro João Coutinho, Bahia, 30.3.1685, in: Luisa da Fonseca, “Subsídio para a história da Bahia”, *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador, IHGBa, vol. 2, 427-434. Este trabalho traz numerosos documentos transcritos do códice 245 (Registro de cartas régias e avisos ao governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos, 1673-1695), da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Veja as fls. 125 e seguintes.

da marinha”³⁸. A carta que o marquês das Minas enviou ao rei, encaminhando os papéis de Coutinho, já contem diversas críticas ao que considera “tão notável despesa”; particularmente quanto à muralha de cal e pedra. Desnecessária, no seu entendimento: “... as muralhas, ou sejam de pedra e cal, ou de terra, não são as que seguram as praças, senão seus defensores”. O governador acreditava que o correto era reparar o que se podia reparar, para poder aplicar o dinheiro no sustento das tropas, ampliado o seu numero para além daquele mantido pela Câmara. Concedia que a fortaleza do morro, isto é, na elevação do Barbalho, fosse conservada e expandida, “por ser de areia e importantíssima para a conservação desta praça, para estar a qualquer hora capaz de as armas de vossa majestade darem felicíssimas vitórias de qualquer poder que a invadir”³⁹. Da mesma forma, se os engenheiros divergem nos seus pareceres, preocupados com os custos e a eficácia de cercar inteiramente a cidade-fortaleza, acabam todos concordando com a necessidade de fazer o novo forte, como foi desenhado no outeiro do Barbalho.

Passados cerca de seis anos, esta era a opinião do secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco. Em um papel datado de 10 de junho de 1693 com o título de “Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia”, ele procura sustentar que “a fortificação, de que mais breve, e precisamente, necessita a Bahia é, de um Forte Real de Torrão na eminência que chamam do Barbalho”. No seu entendimento, se o inimigo a ocupasse, o que poderia fazer sem resistência, logo ficaria condenado o Forte de Santo Antônio. Aquela elevação era decisiva, na medida em que ela “domina toda a cidade e Armazém da pólvora, que está fora dela, a eclusa do primeiro Dique, [...] o Vale das Hortas do Carmo”. O engenheiro Coutinho teria exagerado na busca de uma “elegância da obra”. Os muros não eram tão importantes, uma vez que a fortificação da praça devia-se concentrar em impedir que o inimigo, que podia saltar em qualquer praia, se aproximasse e, sobretudo, se aquartelasse nas redondezas da cidade. Era preciso ter condições de “detê-lo antes a todo o risco em uma Campanha, que ignora, em

³⁸. O projeto de Coutinho foi analisado pelos engenheiros: Miguel de Lescoles (Vianna); Manuel Mexia da Silva (Olivença); Antonio Rodrigues de Carvalho (Estremoz); Gregório Pacheco de Morais (Estremoz); Jerônimo Velho de Azevedo (Almeida); Francisco Pimentel (Lisboa); Manuel Gomes Ferreira (Lisboa); Mateus do Couto (Lisboa); Pedro Correia Rabelo (Lisboa); João Rodrigues Mouro (Lisboa). Além disso, temos a opinião de Roque da Costa Barreto. Todos estes documentos datam de outubro de 1685 a marco de 1686, o que denota o esforço de consolidar rapidamente uma posição sobre as prevenções necessárias. Os documentos foram todos publicados por Luisa da Fonseca, “Subsídio para a história da Bahia”, *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador, IHGBa, vol. 2, 410-454.

³⁹. “Carta do marquês das Minas para o rei, com as planta da fortificação da Bahia e mais papéis que fez o engenheiro João Coutinho”, Bahia, 5.5.1685, in: Luisa da Fonseca, “Subsídio para a história da Bahia”, *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*. Salvador, IHGBa, vol. 2, 427-438-442.

diverso clima do seu”⁴⁰. Sua opinião era abalizada. Afinal, conforme sua folha de serviços, estivera “no sítio em que o conde de Nassau pôs àquela cidade, nos dois assaltos que lhe deu e emboscadas que se lhe fizeram em que assinalou ajudando a matar e aprisionar muitos holandeses de cujos recontros ficou muito mal ferido na mão esquerda de uma *alcançã*⁴¹ de fogo”. Segundo Barbosa Machado, o ferimento se deu justamente no assalto das trincheiras do Forte de Santo Antonio.⁴²

Ainda segundo a opinião de Ravasco, além da fortificação do Barbalho, outra “chave” para a defesa e Salvador era o forte de Morro de São Paulo, ao sul do Recôncavo. Nas suas palavras, “a Fortaleza do Morro de São Paulo, que dista 12 léguas por mar da cidade, é a outra chave da Bahia; porque se o inimigo a render, lhe proibirá todos os mantimentos que vem daquelas vilas, e será incontestável, se o fortificar”⁴³. Ravasco ecoava, simplesmente, uma opinião partilhada por muitos e já grafada pelo irmão, o padre Antonio Vieira, no seu famoso “papel forte”⁴⁴. Como mostrou Vilhena, entre os anos de 1626 e 35, o governador Diogo Luiz de Oliveira teria estabelecido uma companhia de infantaria em uma fortaleza, erguida na ocasião, no Morro de São Paulo. A necessidade de se fortificar esta posição havia sido determinada justamente quando da recuperação da Bahia em 1625. Consta que Diogo Luiz, receoso de perder aquela posição aos inimigos, foi pessoalmente à região e convocou os oficiais das câmaras de Cairu, Camamú e Boipeba. Seu argumento era de que a fortificação do morro era essencial para a defesa das vilas ao sul do Recôncavo e que o sustento desta tropa, em razão das dificuldades da Fazenda real, devia estar a cargo dos povos das vilas. O que as câmaras aceitaram, tal como Salvador havia feito em 1652 para o sustento dos dois terços da Cidade. Esta finta, que seria

⁴⁰. Bernardo Vieira Ravasco, “Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia”, Salvador, 10.6.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 1-17, “Obras Várias MSS.”, fls. 309v-313v.

⁴¹. Projétil de barro cheio de matérias inflamáveis e explosivas que se lançava, como se fora uma granada, contra o inimigo.

⁴². Bernardo Vieira Ravasco, mercê do ofício de Secretaria de Estado e Guerra do Brasil, 13.04.1663, ANTT, CM, d. Afonso VI, livro 6, fls. 111v-112v e Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica e cronológica*.... Lisboa, na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741, v. 1, p. 538.

⁴³. Bernardo Vieira Ravasco, “Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia”, Salvador, 10.6.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 1-17, “Obras Várias MSS.”, fls. 309v-313v.

⁴⁴. Segundo o jesuíta, o inimigo poderia fazer grande dano à cidade, “impedindo que entrem mantimentos na cidade, porque como a maior parte das farinhas vêm do Cayras [sic, o correto é Cairu], do Camamu e de Boipeba, que estão à dezesseis e vinte léguas fora da barra, e os gados se trazem de outros lugares ainda mais retirados; tomando o inimigo o morro de São Paulo, e fazendo uma fortaleza em Tapoão, ficam impedida quase toda a condução de mantimentos e aproveitando-se deles cm que porá a cidade em grande perigo”. Cf. Antonio Vieira, “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses (Outubro de 1648)” in: idem, *Obras Inéditas*. Lisboa, J. M. C. Seabra e T. Q. Antunes, 1857, tomo III, p.44.

pesadíssima na opinião de Vilhena, acabou suspensa no ano de 1734⁴⁵. As obras de fortificação desta fortaleza teriam se iniciado em 1630 e Nassau, quando atacou a Bahia, encontrou-a ainda inacabada. Sua guarnição compunha-se de três oficiais, dois sargentos e cem soldados. Tal guarnição só seria efetivada pelo conde de Óbidos, d. Vasco Marcarenhas, no ano de 1664. Mais precisamente em primeiro de agosto daquele ano, foi criado um presídio no morro, ou seja um quartel, e nomeado um capitão para aquela companhia como comandante deste presídio⁴⁶.

O papel do forte no Morro de São Paulo é mais resultado da importância da zona produtora de alimentos, ao sul do Recôncavo, do que como ponto estratégico para a defesa da Baía e de Salvador. Consenso desde o século XVI, a Bahia de Todos os Santos era, em si, indefensável. Muito ao contrário da Baía de Guanabara, com sua estreita entrada. A fortificação do Morro, como se vê, era importante para a defesa do sistema de abastecimento da Cidade e do seu entorno. Na Bahia, no início do século XVII havia se estruturado uma divisão regional que fixou as zonas produtoras de mantimentos, liberando o Recôncavo para a produção de açúcar. A facilidade do transporte e da fixação dos engenhos nas margens da Bahia e dos rios afluentes, somadas à conjuntura internacional extremamente favorável ao açúcar, implicava numa especialização que tornaria ainda mais aguda as crises de abastecimento, seja nas próprias fazendas do Recôncavo ou, pior ainda, na cidade de Salvador. Se as vilas de Boipeba, Cairu e Camamu estavam obrigadas a sustentar esta fortificação do morro de São Paulo, participavam também do sustento das tropas em Salvador. Para enfrentar o problema do abastecimento da Cidade, a câmara de Salvador estabeleceu, em 1652, um contrato com as três vilas da capitania de Ilhéus, ao Sul do Recôncavo. Este contrato estabelecia que os lavradores de Boipeba, Cairu e Camamu trabalhariam para o fornecimento de farinha, principalmente para as tropas. Este contrato, chamado de “conchavo da farinha”, estipulava uma quantidade mínima de farinha a ser entregue e tabelava o seu preço. Apesar de formalmente ser feito entre as câmaras de Salvador e das três vilas, era regulado e controlado pelo governo geral⁴⁷.

⁴⁵. Luiz dos Santos Vilhena, *Cartas de Vilhena, Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, por... anotadas pelo prof. Braz do Amaral*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1922 (1802), vol.1, pp. 251-252.

⁴⁶. João da Silva Campos, *Fortificações da Bahia*. Rio de Janeiro, Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no. 7, 1940, pp. 169-169. Segundo Campos, o presídio do Morro de São Paulo era lugar de degredo dos moradores da Bahia sentenciados pelo tribunal da Relação.

⁴⁷. Pedro Puntoni, “O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o Governo Geral na Bahia do século XVII”, trabalho apresentado no *IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica*, São Paulo, USP, 4.9.2008. Veja também o importante trabalho de Wolfgang Lenk, *Guerra e pacto colonial*:

No ano em que Ravasco escrevia, 1693, a grande preocupação dos portugueses com a defesa de Salvador era relativa à posição da França. Apesar de distante dos conflitos da Guerra da Liga de Augsburgo (1688-97), a situação de Portugal era delicada. Nos anos que seguiram a Restauração, a proximidade com a Inglaterra era decisiva para a manutenção da autonomia portuguesa. A influência francesa, forte no reinado de d. Afonso VI, fomentada pelo valido, o conde de Castelo Melhor, diminuíra com a ascensão ao poder de D. Pedro. A paz com a Espanha, em 1668, contrariava os interesses de Luís XIV. A iniciativa de D. Pedro, primeiro como regente depois como rei, em manter o reino alheio às disputas européias, fora um sucesso – pago ao custo da aliança inglesa. A política de neutralidade avizinhava-se de um esgotamento. Com a morte da rainha, Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1683, e o casamento de d. Pedro II com Maria Sofia de Neuburg, a filha Eleitor Palatino, a monarquia portuguesa voltava-se para o Império e rejeitava uma maior aproximação com a França⁴⁸. Em janeiro de 1693, havia retornado de Londres a viúva de Carlos II, a rainha d. Catarina, irmã de D. Pedro II. As vitórias francesas na Europa, sustentadas por um poderoso exército e armada, indicavam que era preciso que Portugal prevenisse as defesas dos principais portos do Império.

É neste contexto que Ravasco opina, interessado em conseguir apoio para sua plano de prevenção, que a Bahia haveria “de ser o primeiro emprego de suas armas”, isto é, da França. Em outro papel, conexo ao “Discurso primeiro sobre a fortificação da Bahia” e datado do mesmo dia, o secretário de Estado do Brasil indica qual devem ser as “Prevenções militares para a defesa da Bahia”. Com efeito, somente na conjuntura da Guerra de Sucessão de Espanha, passados alguns anos, é que a França significaria um perigo real. Contudo, é interessante perceber as preocupações para a fortificação dos portos principais do império e, no nosso caso particular, da cidade da Bahia. Neste segundo papel, Ravasco sugere algumas medidas para a preparação do Brasil a uma possível invasão francesa. Além de demandas concretas de pólvora, mosquetes, artilharia, soldados... o secretário explicava que era necessário atentar para a fortificação da

exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654). Campinas, Tese de doutoramento, UNICAMP, 2009.

⁴⁸. Rafael Valladares, *A independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Lisboa, Esfera, 2006, pp. 341 e ss.; A . H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores, 1994, vol. II, pp. 348-349; António Álvaro Dória, “Relações com a França” in: Joel Serrão (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa, Iniciativa, 1971, vol. II., pp. 290-292. Sobre a “política de neutralidade”, a intensificação da concorrência entre as potências européias e seu reflexo no mundo colonial, veja o capítulo primeiro do livro de Fernando Novais, *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo, 1978, pp. 17-56.

Cidade. Para tanto, aconselhava o envio de novos engenheiros, com o intuito de fortificar o Morro e fabricar o Outeiro do Barbalho, as duas chaves da Bahia⁴⁹.



FONTE: Amédée François Frezier, 1682-1773, “Plan de la Baye de tous les Saints scituée a la Côte du Bresil par 13d. de lat. Australe” in: *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux côtes du Chily et du Perou, fait pendant les années 1712, 1713 & 1714* / par M. Frezier, Ingenieur Ordinaire du Roy. - A Paris : Chez Jean-Geoffroy Nyon, Etienne Ganeau, Jacque Quillau, 1716. - Planche XXXIII, [entre p. 270-271] / Biblioteca Nacional Digital de Portugal <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/192/192.html>

Estas obras ainda esperariam décadas para serem realizadas. A fortificação no Morro de São Paulo estaria pronta apenas no tempo do vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Meneses, que em 1731 pedia que enviassem de Portugal os bronzes porque uma “obra de pedra e cal sem artilharia é um corpo desanimado”⁵⁰. O Forte do Barbalho seria inaugurado, em pedra e cal, somente no governo de André de Melo e Castro, no ano de 1736. A prioridade fora dada aos Fortes de São Pedro e de São Marcelo⁵¹. Os recursos seriam em parte arrecadados, em parte gastos, em parte insuficientes. Denúncias de fraudes, furtos

⁴⁹. Bernardo Vieira Ravasco, “Prevenções militares para a defesa da Bahia, e Estado do Brasil”, Salvador, 10.06.1693, Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 1-17, “Obras Várias MSS.”, fls. 313v - 319. Uma transcrição deste manuscrito foi publicada em um folheto por Alberto Silva, *Um documento inédito sobre as fortificações da cidade do Salvador*, Bahia, Centro de Estudos Bahianos, n. 12, março de 1952.

⁵⁰. “Consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 25.6.1732” in: *Documentos Históricas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 90, pp. 59-60.

⁵¹. Mário Mendonça de Oliveira, *As Fortalezas e a Defesa de Salvador*. Brasília, IPHAN, 2008, p. 164.

e descaminhos indicam a leniência dos governos e a incapacidade de Coroa em corretamente prevenir a fortaleza de Salvador⁵².

Na ocasião da passagem de um cometa que podia ser visto na Bahia, no final de 1695, Vieira escreveu mais um sermão em que ajuizava os significados do corpo celeste (a “voz de Deus”). Para a Bahia, o cometa profetizava uma futura guerra. Com as obras inacabadas, tudo estava por se perder: “os muros, como o cinto, não são muros enquanto se não fecham; e quando a necessidade que há deles espero os quarenta anos que demanda a obra, contra o céu, que combate lá de cima, não valem muros”. Cidade aberta para a economia-mundo, como todos os portos do mar no Brasil, Salvador só poderia estar defendida se os mares também os estivessem. Segundo a “tradução” profética de Vieira, o cometa falaria assim para a Bahia:

“Mais te digo, e é que considerando-te, ou fingindo-te murada, assim vestida de pedra e cal, te não podem defender os teus muros, porque tu não estas sempre onde eles te cercam. A Bahia, como as outras cidades do Brasil, só seis meses do ano estão sobre a terra, os outros seis andam em cima da água, indo e vindo de Portugal; e nesta campana imensa do Oceano mal te podem defender os muros que cá ficam”⁵³.

Se as defesas não se aprontavam no tempo desejado, nenhum problema imediato se colocou. Para já, os franceses não atacariam a Bahia. Em 1710 e 1711, Duclerc e Duguay-Trouin tentariam a sorte na cidade do Rio de Janeiro, mais interessante com a riqueza derivada do ouro do sertão⁵⁴. As minas no sertão de São Paulo, e o redirecionamento da circulação por meio do porto do Rio de Janeiro, redesenharam a geografia da colonização portuguesa na América. Quando as fortalezas ficaram prontas, a Bahia já havia deixado de ser a chave do Brasil.

⁵². Veja, por exemplo, a Carta régia de 17.01.1701, na qual o provedor-mor é instado a examinar as denúncias de furtos e descaminhos no contrato para os reparos nas fortificações de Salvador. cf. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vol. 84, p. 94.

⁵³. “Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Bahia, juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695 e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano” (1695) in: *Sermoens, e varios discursos do Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesu, prégador de sua magestade. tomo XIV obra posthuma dedicada a' purissima conceiçam da Virgem Maria Nossa Senhora*. Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1710 p. 258.

⁵⁴. Sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro, veja, entre outros, Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1975 (1857-60), vol. 3., p. 287 e ss; Alberto Lamego, “As Invasões francesas no Rio de Janeiro, Duclerc e Duguay-Trouin, 1710-1711”, *Anais do IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950, vol. 6, pp. 115-249; e, mais recentemente, Maria Fernanda Baptista Bicalho, *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civi. Brasileira, 2003, pp. 268 ss. Fiz uma síntese no capítulo “Lutas ao Sul do Brasil (1680-1777)”, publicado no livro organizado por António Manuel Hespanha: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2004, v. 2, p. 307-316.

"Brasiliiana": crise e moeda provincial no Brasil no final do séc. XVII

Esta conjuntura de crise da economia açucareira, acoplada à crise fiscal da monarquia, levou a sucessivos reajustamentos do sistema monetário português. Enquadrado-se nos mecanismos do sistema colonial, o sistema monetário definiu-se, desde meados do século XVI, em conformidade com a economia do Império. Em outras palavras, espaços econômicos diversos (e heterogêneos) do império português foram sendo, ainda que de forma desencontrada e empiricamente orientada, ajustados nos marcos de um sistema monetário em construção. Num primeiro momento, a homogeneidade da moeda-mercadoria no padrão bi-metálico definia esta dimensão essencial da interferência do sistema estatal em formação no mundo da economia e no modo de vida das diversas comunidades. Como é fácil de perceber, numa economia-mundo é nos portos, estas cidades que “andam em cima da água”, nas zonas de contato dos sistemas produtivos com os modos de circulação, mais nos convéns das naus do que nos canaviais, que o sistema monetário era mais forte e atuante. A dominação do capital comercial era expressa no controle da moeda.

A expansão para o ultramar, com o criação de sistemas produtivos novos (notadamente o açúcar) e o desencravamento de sistemas preexistentes sob o comando do capital comercial (penso aqui sobretudo no caso do Oriente e da África Ocidental), impôs um sistema monetário que, apesar de ancorado na moeda-mercadoria, fazia-se mais presente pelo crédito e o complexo sistema de meios de pagamento, dependente de letras, promessas de pagamentos futuros, anotações – o que constitui uma forma antecipada da predominância da moeda fiduciária. É como se as distâncias, as complexas redes comerciais, a dependência do sistema produtivo em relação ao negociante, criassem uma dimensão periférica do sistema monetário, que se colocava distante da moeda-mercadoria, na sua forma metálica. Notável contradição! Se isto é válido para a economia açucareira, não se pode dizer para as instituições de poder que organizam e sustentam a sua reprodução. O sistema político da colonização é profundamente (não exclusivamente) dependente de pagamentos em moeda-metal - em particular quando se pensa nos salários, soldos e emolumentos. Como conciliar a falta da moeda, com o sua premência?

A falta de numerário causava grandes danos à economia colonial, sobretudo porque intensificava a exploração dos sistema produtivo pelo capital comercial e ajudava a desorganizar o sistema fiscal, base das estruturas políticas estatais da colonização. Foi por falta de pagamento (nove meses!) que os soldados do terço de Salvador se rebelaram em outubro de 1688, quando estava moribundo o

governador Matias de Cunha. Por falta de moeda, muitas queixas se fazem sentir em Portugal. Mas justamente era o sistema monetário português que vivia, nos anos que se seguiram a restauração, em constante turbulência, com sucessivas quebras das moedas – imaginadas como forma de obter ganhos marginais, com o direito de senhoriagem, capazes de sustentar o esforço militar na fronteira e a implantação da nova dinastia⁵⁵. Mas a balança comercial, também desfavorável, em nada ajudava. Neste desfavorável contexto de fuga de metais para outros países, tentativas de nacionalizar todo metal que ingressasse na economia portuguesa pareciam desesperadamente inúteis. Mesmo assim, muito se refundiu, muito se bateu moeda, muito se ameaçou os particulares para que estivessem de acordo com as normas cambiantes.

Na colônia, digo no Brasil, esta sucessiva quebra da moeda ou o seu levantamento indiscriminado, levava a uma fuga da moeda-mercadoria para o centro (Reino). Manifesto da avassaladora e preocupante dominância dos meio de pagamento escriturados – traço estrutural da preponderância do capital comercial no sistema econômico.

A historiografia tem insistido na idéia de que havia uma falta, ou escassez da moeda, estrutural. Argumento derivado, seja de uma leitura transversal da documentação – projetando situações conjunturais para um plano explicativo estrutural – ou ainda a partir de uma leitura maximalista da economia escravista, apoiada em modelos econômicos abstratos. Entendo desta forma, por exemplo a posição de Dorival Teixeira Vieira que generaliza a falta da moeda, tendo por base a suposição da ausência de salários (no escravismo)⁵⁶.

⁵⁵. Rita Martins de Souza, *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista (1688-1797)*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, pp 79 e ss. Senhoriagem é o direito que o concessionário da cunhagem da moeda pagava ao soberano, resultante da diferença entre o valor real e o nominal da moeda. Segundo Rafael Bluteau, a senhoriagem é o resultado de um ganho que o rei obtém da cunhagem da moeda: “são palavras de uma das mais modernas leis da economia”. Raphael Bluteau, *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico...*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v 7, p. 582.

⁵⁶. Segundo Vieira, o “produtor não necessitava de numerário, porque o pagamento do trabalho se reduzia à manutenção do escravo [...]. Os próprios feitores e empregados qualificados recebiam principalmente *in natura*”. Neste sentido, “a moeda, existindo em pequena quantidade, só se acumulava nas cidades mais importantes e ali mesmo somente nas mãos dos mais ricos; estes, por sua vez, não tendo necessidade de um intermediário de trocas, dada a rarefação da população e a exigüidade de suas necessidades, mais a entesouravam do que a faziam circular”. (Vieira, 1985, p. 350). Dorival Teixeira Vieira, “A política financeira” in: S. B. Holanda (dir.), *História geral da civilização brasileira: A época colonial - 2. Administração, Economia e Sociedade*. São Paulo: Difel.1985, p. 350. Sobre a moeda no período colonial, veja sobretudo Fa Terceira parte do livro de Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico, (1570-1670)*. Lisboa, trad. port., Editorial Estampa, 1989, volume 2, pp. 131-182. Para um balanço da historiografia sobre a moeda no período colonial, veja o artigo de Fernando Carlos G. de Cerqueira Lima, “Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII:”, *Estudos Econômicos*. São Paulo, 35;169-201, 2005.

O fato é que a conjuntura do final do século XVII era particularmente difícil para Portugal e para o Brasil. Os levantamentos do valor de face da moeda em Portugal foram seguidos na segunda metade do século. No contexto da restauração, diante das dificuldades financeiras, d. João IV ordenou que fosse aumentado em 25% o valor nominal das peças de ouro em circulação e em 50% as de prata (alvará de 26.2.1643). Situação que foi entendida para o Brasil, (ordem régia de 3.8.1643), quando foi dado o prazo de um mês para contramarcas as moedas de Salvador e de dois meses para as outras capitanias. Com efeito – como havia observado sir Thomas Gresham (1558), "a moeda má expulsa a moeda boa" - era preciso controlar o estoque monetário do espaço de soberania e impor, pela força do Estado, a tensa diferença entre o valor intrínseco e o de face da moeda. O cerceamento e a circulação de moeda antiga eram punidos de forma severa. Em 1663, houve uma nova alta no valor das moedas de prata, em 25% (lei de 22.3.1663). Dez anos depois, uma outra elevação de 25% para as moedas de prata e de 12,5% para as de ouro (regulamento do Conde de Óbidos, de 7.6.1673). Três anos depois, em 1676, as peças de prata de 600 reais foram marcadas como 640 e as de 300 para 320 (alta de 6,6%) (alvará de 13.3.1676)⁵⁷. O decreto de 26.5.1686, estabelecia que as moedas de ouro deveriam ser separadas das de cunho antigo, para receberem o cordão e a marca. O cordão era uma espécie de serrilha, para evitar o cerceamento. Assim como a marca, um carimbo com a esfera armilar coroada. O cerceamento seria punido conforme a lei de 8.7.1686⁵⁸

Como era insignificante a produção de metais amoeáveis no Brasil, antes do século XVIII, a moeda que circulava era derivada dos contatos com a América espanhola ou com o Reino. Com a crise dos preços das mercadorias coloniais nos mercados europeus e a interrupção do fluxo da prata de Potosi com as dificuldades no Sul, decorrentes da consolidação das fronteiras, a situação se agravava no Brasil. Segundo, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira Lima,

“a redução da diferença entre os preços pagos pelo açúcar e pelo tabaco no Brasil e em Portugal teria levado os comerciantes portugueses a preferirem vender aqui seus produtos em troca de moeda, e deixar de comprar os produtos da terra, reduzindo dessa forma os riscos de seus negócios. Aprofundavam-se assim os déficits da balança comercial, mesmo porque as importações, muitas delas essenciais, não podiam ser comprimidas além de um

⁵⁷. J. Pandiá Calógeras, *A política monetária do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1960 (1910), pp. 7-10.

⁵⁸. F. dos Santos Trigueiros, *Dinheiro no Brasil*. Rio de Janeiro, Reper, 1966, p. 53..

certo ponto. Pela via do comércio exterior, a moeda tornava-se, portanto, cada vez mais escassa”⁵⁹.

E 1686, o coroa procura controlar o sistema monetário nas várias partes do seu império, impondo um único valor, uma única equivalência entre o valor intrínseco e o extrínseco das peças. Tal medida era frontalmente contrária aos interesses da açucarocracia que temia que a equivalência da face da moeda levasse a uma escassez e, em conseqüência, um aumento do preço das mercadorias reinóis, em troca das quais não se aceitaria senão o metal – o que aumentaria ainda a fuga da moeda. Em 19 de abril de 1687, Bernardo Vieira Ravasco, irmão de Antonio Vieira e secretario do Estado do Brasil, escreve um papel ao rei, ponderando sobre a situação do Brasil nos quadros do sistema monetário português. O arrazoado é para convencer o monarca da necessidade de regionalizar a moeda portuguesa. Dando legalidade a uma posição de fato construída pelos arranjos da classe produtora com as autoridades coloniais. A moeda do Brasil, sobretudo patacas (prata) peruanas e mexicanas, se achavam (de alguma forma) cerceadas. Era costume no Brasil considerar seu valor extrínseco maior do que o grafado na face: “Corriam as patacas cunhadas por 600 reis e depois introduziu o uso valerem 640. A este respeito as patacas de 300 reis por 320. As meias de 150, por 160. Os tostões que tinham subido de 100 reis à 120 se cunharam por 200 reis. Os meios tostões uns por 80 reis outros por 100 reis e assim correm”. Era do entendimento de Ravasco que este efeito de levantamento, ainda que irregular, era importante para manter o funcionamento da economia. Sua proposta era a de formalizar este arranjo, com a criação de uma moeda provincial: “o meio que me parece mais conveniente para se impedir o cerceio da moeda no Brasil é o passar-se a ela a cerceada do Reino: é haver no Brasil moeda Provincial diversa da que no Reino corre para que nem se passe a ele a do Estado nem os estrangeiros lhe tirem ou lhe possam introduzir falsa”.

A moeda provincial era, como se vê, demanda muito forte das classes produtoras do açúcar. A situação, de fato, era de difícil sustentação – com as políticas monetárias se ajustando. Ravasco sabe que “se segue de se levantar aqui a moeda um de dois gravíssimos prejuízos do Reino porque ou há de ficar sem moeda passando-se toda a cunhada ou por cunhar no mesmo Reino ao Brasil ou se há de levantar também a moeda do Reino cujas danosíssimas conseqüências

⁵⁹. Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira, “A Lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de economia contemporânea*. Rio de Janeiro, 9;2;392.

conhece qualquer juízo”. Três objeções se ofereciam à moeda Provincial, e ele os rebate no seu papel

1) A diversidade de moedas, entre Portugal e o Brasil traria confusão aos negócios. Ao que responde Ravasco que “o corpo de uma Monarquia dividida por todas as quatro partes do Mundo e composta de tão diversos Reinos Estados e Províncias como a de Portugal se não une com a identidade da moeda senão com a freqüência dos Comércios porque não consiste a grandeza deles em ser a moeda uma só, senão em haver gêneros que façam dependentes deles as outras Nações e não há maior dano de uma Coroa que fazerem os seus vassallos ou os estranhos mercancia”.

2) Os estrangeiros poderiam meter no Estado muita desta nova Fábrica, sito é, moeda. Mas isso, segundo Ravasco, não é de fato um inconveniente: “[...] bem se sabe que o cuidado mais estudioso dos políticos de qualquer República é ocupar as suas indústrias em atrair das outras a moeda que a pode fazer mais opulenta. E tanto mais será este Estado quanto mais entrar desta nas suas Praças”

3) Há aqueles que dirão que o rei não permitiria que houvesse no Brasil casa da moeda. Mas, no olhar do secretário, “sendo Sua Majestade servido mandar aprovar a moeda provincial parece que se deve assentar ao mesmo tempo três casas da moeda nesta cidade Pernambuco e Rio de Janeiro pelas grandes distâncias do Estado e perigos do mar dos rios e dos piratas e se evitar mais brevemente nele e no Reino o delito do cerceio. E que ou seja a Fábrica por conta da Fazenda Real ou de contratadores não dure mais que por tempo de dois anos e se confisque para a Coroa e denunciador toda a moeda Castelhana que dentro neles se não levar a casa da moeda”.

O secretário faz até uma sugestão: “mas para com as moedas castelhanas se extinguir também a memória deste nome se chamará propriamente a nova moeda Brasileira”. Chegando aos detalhes do desenho das peças. Sugestão, como se notará, com amplo significado político:

“[...] como o Brasil é Principado dos primogênitos sereníssimos desta Coroa: Sendo Sua Majestade servido para a diferença da inscrição poderia também ser *Princeps Brasilia III*. Da outra face entre iguais círculos a inscrição ordinária *in hoc signis vinces* ["sob este símbolo venceras"] e no meio uma cruz também relevada com seus paus levantada sobre a terra por ser o primeiro nome que deu a esta região Pedro Álvares Cabral quando a descobriu e nela arvorou aquele santíssimo lenho”.

Ravasco arriscava, com grande petulância, um passo na direção de uma certa autonomia das partes. O Brasil era tomado com uma província (a moeda seria provincial) e não uma conquista. Esta província devia gravar em sua moeda os seus símbolos próprios (a cruz “relevada com seus paus levantada sobre a

terra”) e uma legenda diferente (*in hoc signus vinces*), referentes a um momento fundacional (a descoberta de Cabral). Mais que uma província, o “Brasil é Principado”. Tratava-se, aqui, de uma aposta. Qualificar o poder soberano no Brasil - terra de conquista, domínio do rei de Portugal - como um principado. Sendo assim, a inscrição da orla da moeda devia ser *Princeps Brasílio III*. Como se sabe, o título - príncipe do Brasil – já existia. Por meio da carta patente de 27 de outubro de 1645, D. João IV havia dado a seu filho, d. Teodósio o título de Príncipe do Brasil. A solução patrimonial significava, antes de mais nada, que a própria casa dinástica se via envolvida plenamente na sociedade peculiar que se produzia nos trópicos. Não implicava, contudo, na emergência de uma soberania qualificada na América. Na opinião de Ravasco, era hora de fazê-lo. O rei não deveria exibir aqui a sua coroa, mas a sua qualidade de príncipe. Com efeito, desde o golpe que afastou Afonso VI, seu irmão, D. Pedro exercia a regência plenamente – mas protegido na sua titularidade de príncipe. Não do Brasil, como poderiam sonhar Ravasco e outros, mas de presumido herdeiro do trono. A tentativa de coroá-lo rei em 1674 havia fracassado e apenas depois da morte de Afonso, em 1683, D. Pedro finalmente pode colocar a coroa. Não sem hesitar. Consta que nos dias que seguiram a morte do irmão, D. Pedro pensou em entregar o Coroa à filha, D. Isabel, que havia sido jurada herdeira do trono pelas cortes e mudar-se para a América⁶⁰. Onde poderia exercer o seu título de príncipe do Brasil?

A demanda da açucarocracia por uma moeda provincial ainda não seria atendida. O metal que circulava no Brasil, vinha do Sul (cada vez menos), da África ou do reino⁶¹. Não havia porque, no contexto de crise fiscal da monarquia, atender de pronto estes interesses. A produção do açúcar, ainda que ameaçada, não se tomava – nestes dias de desespero – como impossível. A política homogeneizadora do Estado português permanecia. Sem alterar peso, toque ou cunho, a lei de 4 de agosto de 1688, ordenava outro levantamento da ordem de 20% nas moedas de prata e ouro, no reino e nas conquistas⁶². Tal disposição chegava, como vimos, em péssimo momento no Brasil. Tanto assim, que não

⁶⁰. Cf. Angela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *Afonso VI*. Lisboa, Circulo de Leitores, 2006, pp. 284-285.

⁶¹. Em 1610, François Pyrad notava a presença da prata espanhola na Bahia: “Je n’ay jamais vu pays ou l’argent soit si commun qu’il est en cet endroit du Brésil, et y vient de la Riviere de la Plata, qui est a cinq cents lieues de cette baye. Il ne s’y voit guerres de petite monnaye, mais seulement dès pieces de huit, de quatre et de deux reaux”. François Pyrad de Laval, *Voyage de François Pyrad de Laval, contenant sa navigation aux Index Orientales, Maldives, Moluques, & au Bresil...* Paris, Chez Louis Billaine, MDCLXXIX [1679], parte segunda, p. 203.

⁶². Severino Sombra, *História monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, s.e., 1938, p. 98; F. dos Santos Trigueiros, *Dinheiro no Brasil*. Rio de Janeiro, Reper, 1966, p. 53.

seria de imediato implementada. Somente em 11 de julho do ano seguinte, o governador em exercício, o arcebispo frei Manuel da Ressurreição, iria escrever ao rei explicando os inconvenientes da aplicação. Com parecer da Junta e requerimentos da Câmara, o arcebispo declaradamente descumpriu a ordem. Assim como os oficiais das câmaras da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Tomando conhecimento desta resistência dos povos no Brasil, o Conselho Ultramarino informa ao rei em dois de dezembro de 1689. No ano seguinte, em 19 de março, d. Pedro II escreve ao novo governador, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, declarando nula as decisões tomadas no Brasil e ordenando o cumprimento imediato da lei de 4 de agosto de 1688. D. Pedro esclarecia que somente ao rei caberia fazer uma alteração no valor da moeda. Isto para que “suavemente se conseguisse ficar a moeda correndo por seu justo e certo valor, livre dos perigos e danos do cerceio, e sendo o mesmo o seu valor nas conquistas que neste reino, de que resultaria continuar-se o comércio com maior certeza em benefício comum de todos os vassallos”. O rei pedia que Coutinho baixasse a moeda de forma suave, o que ele indica ser na véspera da saída da frota, para não prejudicar os negócios⁶³. Com efeito, a frota – *patarata*, diria Gregório de Mattos - partiu no dia 17 de julho de 1691 e no dia 3 de julho, Bernardo Viera Ravasco, o secretário do Estado do Brasil, fez escrever nos livros da câmara de Salvador o edital sobre a baixa da moeda.

No ano que segue, as câmaras representam contra esta lei e resistem e aplicá-la, o que gera uma situação de efetiva rebelião neste particular. Ponto alto desta atitude era a resistência da vila de São Paulo. No planalto, os edis haviam decretado, “em 1690, um levantamento da moeda de cerca de 20% a 30% e, apesar de a medida ter sido considerada, como nos outros casos, ilegal, a Câmara promoveu outra desvalorização da moeda em 1693, dessa vez apenas para as espécies de menor valor”⁶⁴.

O descontentamento dos senhores de engenho e dos lavradores, dos plantadores de tabaco, aparece, agora, diretamente voltado para os comerciantes – agentes desta exaustão do sistema monetário no Brasil. Segundo Ravasco, são os homens de negócio

⁶³. Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, para SM sobre se haver dado execução à lei acerca da baixa da moeda. Bahia, 12.6.1691, DH 34; 354-356.

⁶⁴. Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira, “A Lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702): um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de economia contemporânea*. Rio de Janeiro, 9;2;392. Sobre esta conjuntura, veja também o estudo de Maria Bárbara Levy, *História Financeira do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979, pp. 82 e ss.

“que tiram todo este peso de moeda do Brasil e o deixaram exausto, e já para expirar se Sua Majestade lhe não acode, justo será, que assim como os vapores da terra sobem à primeiro região, e nela se resolvem em nuvens, em chuvas, que verificam e fortalizam [sic - fortificam], para que a terra mais árida se converta em flores, e as flores em frutos; assim Sua Majestade que é o sol da sua monarquia, transforme parte do humor, que os homens de negócio tem chupado do Brasil, e lhe apague a secura, com que por tantas bocas abertas, o está pedindo a sua generosa grandeza, e liberal providência”.

Este episódio revela como os interesses das elites econômicas e políticas presentes na terra acabaram se aproximando e como o sistema político do governo geral vem corroendo o seu papel coordenador da colonização, na medida que passa a ser instrumentalizado, cada vez mais, pelos interesses da açucarcracia. Interesses que se cristalizam, no contexto da crise, em posição contraditória ao capital comercial. A proposta de Ravasco, personagem muito importante desta nova identidade do sistema político, é justamente de negociar uma via de acomodação de um conflito permanente. Para salvar a Bahia, “este quase cadáver”, nas suas palavras, cujo sangue tem sido excessivamente tirado. Que os mercadores aceitem fazer um preço mínimo para o açúcar, pra se evitar os conluios, e exorbitância dos homens de negócio. Não será quase uma ameaça? Ravasco. como em outras vezes, ousa: “porque é mais conveniente que deixem de comer em baixelas, do que comam nelas os franceses: se a praça para eles conservarem esse luzimento, se perder, e a reputação das armas de Sua Majestade se eclipsar...”.

O ano de 1691 foi de grande fome na Bahia, com a falta de farinha e de alimentos –carência resultante da crise econômica e da insuficiência das trocas. Gregório de Mattos, no poema que dedicou “à fome que houve na Bahia no ano de 1691” revela as tensões típicas da situação colonial e critica a frota, que “leva tudo”, “que entrando co’a vela cheia,/ lastro que traz de areia,/por lastro de açúcar troca”.

Vieira escrevia ao duque do Cadaval, em primeiro de julho de 1692, afirmando que “a ruína mais sensível e extrema que este Estado [o Brasil] padece, e sobre que se pede pronto remédio a SM, é a total extinção da moeda”. Pelo que pede a moeda provincial. Em outra carta, escrita quatro dias mais tarde, ao Marques das Minas (que fora governador do Brasil entre 1684-87), o jesuíta é mais dramático:

"Estes navios, de que hoje temos no porto da Bahia trinta e um, antigamente eram frotas de mercadores, que vinham comerciar, hoje são armadas de inimigos e piratas, que vêm saquear o Brasil porque antigamente traziam dinheiro e levavam drogas, e muitos anos a esta parte levam as drogas e mais o dinheiro"⁶⁵.

⁶⁵. *Cartas do padre António Vieira*. Lisboa, Casa da Moeda, Tomo Terceiro, p. 658.

Sensibilizado pela situação, o governador Câmara Coutinho escreve uma longa carta ao rei, no dia 4 de julho de 1692. na qual representava sobre o dano que o Estado padecia pela falta de moeda:

“... a urgente opressão em que de presente se acha esta e as demais Praças deste Estado, e juntamente os meios que me ocorrem com que unicamente se pode reparar o dano presente, e evitar o futuro, que necessariamente cada vez mais se ha de seguir com a total ruína do Estado e consequentemente do real serviço de Vossa Majestade, como já se experimenta. Toda a opressão. Senhor, e ruína que se teme, nasce da falta do dinheiro, que é aquele nervo vital do corpo político, ou o sangue dele, que derivando-se e correndo pelas veias deste corpo o anima e lhe dá forças”.

A situação era grave, uma vez que “faltando a moeda se abaterão forçosamente de todo os açúcares por falta de haver com que se comprem, e do mesmo modo sucederá aos outros gêneros de negócio do Brasil”. A metáfora da circulação monetária como circulação sanguínea repetia outros autores do tempo, e repercutia, mais proximamente, Duarte Ribeiro de Macedo.

A defesa circunstanciada de uma “brasileira” surte o efeito, imediato, de postergar a baixa da moeda no Brasil e, em pouco tempo, de permitir que, de fato, seja criada uma moeda provincial. Coutinho destacava-se como defensor do Brasil! Fato único, a Câmara da Bahia pede que o rei reconduza Câmara Coutinho “por mais três anos com o título de vice-rei”. Se não for possível, “lhe pedimos com a mesma instância nos conceda por seu sucessor d. João de Lencastro”⁶⁶, próximo de Coutinho, já que este era casado com sua prima D. Constança de Portugal⁶⁷.

No ano seguinte, na próxima frota, segue outra carta do governador datada de 22 de julho de 1693, respondendo a negativa do rei com novos argumentos e uma proposta de compromisso. Dado o bi-metalismo do sistema monetário, “a moeda provincial de ouro que se pede deveria ser igual a do reino,

“porque como ouro é coisa que entra neste Estado todos os anos da Costa da Mina cinqüenta e sessenta mil cruzados, não parecia razão que fazendo-se dele moeda Provincial fique toda neste sem ter conta de passar a esse reino e por esta razão me parece que a moeda de prata seja Provincial com 20 por cento menos, e a de ouro seja igual coma do reino; porque desta sorte servirá destas partes, enquanto a não levarem, e depois passará ao reino e desta maneira não ficará desta banda todo o ouro empatado, sem fazer conta para poder passar a este reino que também necessita de ter muita moeda”.

⁶⁶. Carta dos oficiais da Câmara de Salvador ao rei, Bahia, 14.7.1692, DH 34, 78-79.

⁶⁷. Marília Nogueira dos Santos, *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil, 1690-1694*. Mestrado, UFF, 2007; M. N. dos Santos, M. F. S. Gouvea, G. A. Frazão, “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735.”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 96-137, 2004.

Em 18 de março de 1694, uma ordem régia, “considerando a representação do governador”, resolve por elevar em 10% a moeda no Brasil sobre o levantamento de 20% que houve no reino. Para tanto, era necessário refundir, ou melhor, fundir uma peça provincial e abrir uma casa da moeda na Bahia para “se lavrar nela com novo cunho”.



Moeda de prata de 320 réis cunhada em 1695, pela Casa da Moeda da Bahia.

Anverso: PETRVS.II.D.G.PORT.REX.ET.BRAS.D. (Petrus II Dei Gratia Portugaliae Rex et Brasiliae dominus = Pedro II, pela graça de Deus, Rei de Portugal e Senhor do Brasil)

Reverso: SVBQ.SIGN.NATA.STAB. (subquo signo nata stabili = sob este signo nasceu e permanecerá)



Ensaio Monetário de 640 Réis cunhado em 1695, pela Casa da Moeda da Bahia.

Anverso: PETRVS.II.D.G.PORTVG.REX.D.BR. (Petrus II Dei Gratia Portugaliae Rex et dominus Brasiliae = Pedro II, pela graça de Deus, Rei de Portugal e do Brasil Senhor)

Reverso: TERRA S. CRVCIS. SVBILL. VICTRIX (Terra Sancta Crucis sub illa victrix = Terra de Santa Cruz, vitoriosa sob esta [cruz])

Quando François Froger esteve na Bahia em julho de 1696, como engenheiro voluntário da esquadra de M. de Gennes, notava que a cidade estava “honrada” com um conselho soberano (a Câmara municipal) e uma casa da moeda, “onde, para facilitar o comércio, se fabrica as espécies que tem curso apenas no Brasil; elas trazem de um lado as armas de Portugal, e de outro uma cruz sobreposta a uma esfera, com a inscrição SUBQ. SIGN. STABO [sic]”¹.

Mais tarde, duas cartas régias de 23.1.1697 e de 12.1.1698, ordenavam que a Casa da Moeda fosse instalada no Rio de Janeiro... Onde ela começou a funcionar em 17.3.1699. Era já o ouro de São Paulo alterando, de forma extraordinária, todo este precário arranjo que se tinha costurado. Como mostrou Ângelo Carrara, todas as “lamúrias com respeito a baixa monetização vivida na colônia se encerraram definitivamente com a descoberta das minas, que determinaram a transferência da casa da moeda para o Rio de Janeiro”².

A gratidão da açucarocracia pelo papel de Coutinho foi enorme. Com efeito, o poeta Manuel Botelho, no seu livro publicado em 1705, *Música do*

¹ François Froger, *Relation d'un voyage Fait en 1695. 1696. & 1697, aux Côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brezil, Cayenne & Isles Antilles...* Paris, Michel Brunet, MDCXCVIII [1698], p. 135..

² Angelo Alves Carrara, “Ouro, Moeda e Mercado Interno; um modelo contábil da economia de Minas Gerais, 1700-1808”, working paper, maio de 2005.

Parnaso, dedica um poema ao governador em agradecimento da carta que escreveu a sua majestade pela falta da moeda do Brasil”. Botelho, que era colega de estudos, quando jovem, de Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque e de Gregório de Matos, tornou-se capitão-mor dos distritos de Papagaio, Rio do Peixe e Gameleira, em 1694, justamente por ter emprestado 22 mil cruzados para a criação da Casa da Moeda na Bahia!

Escreveis ao Rei Monárquico
O mal do Estado Brasílico,
Que perdendo o vigor flórido,
Se vê quase paralítico,

Porém vós, como Católico,
Imitando a Deus boníssimo,
Lhe dais a Piscina plácida
Para seu remédio líquido.

De todo o corpo Repúblico
O dinheiro é nervo vívido,
E sem ele fica lânguido,
Fica todo debilíssimo.

Em vossos arbítrios ótimos
Sois três vezes científico,
Ditando o governo de
Ético, Econômico, e Político.

Aos Engenhos dais anélitos,
Que estando de empenhos tísicos,
Tornam em amargo vômito
O mesmo açúcar dulcíssimo.

Também da pobreza mísera
Atendeis ao estado humílino,
Assim como o raio Dêlfico
Não despreza o lugar ínfimo.

Aos Mercadores da América
Infundis de ouro os espíritos.
Quando propondes o pródigo
Com pena de ouro finíssimo.